



Council of the  
European Union

037213/EU XXVIII.GP  
Eingelangt am 08/10/25

Brussels, 8 October 2025  
(OR. en, pt)

13475/25

---

---

**Interinstitutional File:**  
**2025/0176 (COD)**

---

---

**SIMPL 127**  
**ANTICI 138**  
**INDEF 105**  
**MAP 73**  
**CSC 486**  
**ENV 932**  
**COMPET 952**  
**ENT 196**  
**MI 722**  
**CHIMIE 96**  
**CODEC 1419**  
**INST 279**  
**PARLNAT 121**  
**PARLNAT**

#### COVER NOTE

---

From:	The Portuguese Parliament (Assembleia da República)
date of receipt:	24 September 2025
To:	The President of the Council of the European Union

---

Subject:	Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL amending Regulations (EC) No 1907/2006, (EC) No 1272/2008, (EU) No 528/2012, (EU) 2019/1021 and (EU) 2021/697 as regards defence readiness and facilitating defence investments and conditions for defence industry [10526/25 - COM(2025) 822 final] - Opinion on the application of the Principles of Subsidiarity and Proportionality
----------	---

---

Delegations will find enclosed the opinion<sup>1</sup> of the Portuguese Parliament (Assembleia da República).

---

<sup>1</sup> The translation(s) of the opinion may be available on the Interparliamentary EU Information Exchange website (IPEX) at the following address  
<https://secure.ipex.eu/IPEXL-WEB/document/COM-2025-0822>

The Commission reply will be available at the following address: <https://national-parliaments-opinions.ec.europa.eu/home>

---

13475/25

GIP.B

EN/PT



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

---

**PARECER  
COM (2025) 822**

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1907/2006, (CE) n.º 1272/2008, (UE) n.º 528/2012, (UE) 2019/1021 e (UE) 2021/697 no que se refere à prontidão da defesa, bem como à facilitação dos investimentos na defesa e das condições para a indústria da defesa

**Autor:** Deputado Ricardo Carvalho

**1**



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

---

#### PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, pela Lei n.º 18/2018, de 2 de maio, pela Lei n.º 64/2020, de 2 de novembro, e pela Lei n.º 44/2023, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 1 de março de 2018, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1907/2006, (CE) n.º 1272/2008, (UE) n.º 528/2012, (UE) 2019/1021 e (UE) 2021/697 no que se refere à prontidão da defesa, bem como à facilitação dos investimentos na defesa e das condições para a indústria da defesa [COM (2025) 822].

A supra identificada iniciativa foi sinalizada à Comissão de Defesa Nacional, comissão competente em razão da matéria, a qual analisou a presente iniciativa e aprovou o respetivo relatório que se anexa ao presente parecer, dele fazendo parte integrante.

#### PARTE II – CONSIDERANDOS

1 – A presente iniciativa diz respeito à Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1907/2006, (CE) n.º 1272/2008, (UE) n.º 528/2012, (UE) 2019/1021 e (UE) 2021/697 no que se refere à prontidão da defesa, bem como à facilitação dos investimentos na defesa e das condições para a indústria da defesa.

2 – A presente iniciativa começa por relembrar que a invasão russa da Ucrânia sublinhou *a necessidade urgente de reforçar a capacidade da base tecnológica e industrial de defesa europeia (BTIDE) para apoiar a prontidão dos Estados-Membros em matéria de defesa face a ameaças emergentes à segurança*. Esta guerra expôs vulnerabilidades no panorama europeu da defesa e salientou a importância de



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

---

aumentar sem demora as capacidades de produção da BTIDE e de explorar todo o seu potencial de inovação, em especial acelerando os ciclos de inovação.

3 – Neste contexto, importa relembrar que o *Livro Branco Conjunto Preparação da defesa europeia 2030*<sup>1</sup> salientou que «[r]econstruir a defesa europeia exige, como ponto de partida, um investimento considerável durante um período prolongado. Juntos, temos de acelerar o trabalho em todas as vertentes, a fim de aumentar urgentemente a prontidão da defesa europeia e assegurar que, até 2030, a Europa tem uma postura de defesa forte e suficiente».

4 – Tendo em conta o referido anteriormente, e na sequência do apelo do Conselho à Comissão Europeia para que intensifique os trabalhos em todas as vertentes, com o intuito de acelerar de forma decisiva a prontidão da Europa em matéria de defesa até 2030, a presente iniciativa visa tomar o quadro legislativo da União conducente à rápida expansão das capacidades industriais de defesa e ao reforço da inovação, de modo a alcançar níveis de prontidão da defesa que possam, de forma credível, dissuadir uma agressão armada e reduzir o risco de esta acontecer.

5 - A presente iniciativa tem, assim, em conta os importantes défices de investimento na defesa que se acumularam ao longo das últimas décadas e que exigem esforços extraordinários para restabelecer a prontidão da defesa até 2030, considerando, igualmente, que o atual quadro regulamentar não está adaptado a esta necessidade e que tem de ser ajustado para alcançar o objetivo de prontidão da defesa até 2030. Mais especificamente, a presente iniciativa implica alargar o âmbito das disposições existentes da legislação específica em matéria de defesa e do Fundo Europeu de Defesa, bem como da legislação não específica neste domínio, a fim de eliminar os obstáculos regulamentares e facilitar a prontidão da União em matéria de defesa e o reforço industrial.

6 – Nesta sequência, a presente iniciativa sublinha que toda a legislação afetada pela mesma contém disposições destinadas a reduzir os encargos para os Estados-Membros e a indústria ou a prestar-lhes assistência para cumprirem as obrigações que

---

<sup>1</sup> *Livro Branco Conjunto Preparação da defesa europeia 2030: JOIN(2025) 120 final, 19.3.2025.*





## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

---

lhes são impostas pelos atos pertinentes, com o objetivo de tornar essa legislação mais fácil de aplicar e menos onerosa. Considera-se, pois, necessário alargar o âmbito das disposições ao mercado da defesa à escala da UE, para assim apoiar a prontidão dos Estados-Membros em matéria de defesa e promover o desenvolvimento de uma indústria europeia de defesa competitiva e inovadora.

#### **7 – Sobre a consulta das partes interessadas**

A presente iniciativa refere que *o processo de consulta das partes interessadas foi abrangente e incluiu um inquérito público que esteve aberto até 22 de abril de 2025, bem como uma série de reuniões específicas com os Estados-Membros, com representantes das empresas pertinentes da União e com outras partes interessadas fundamentais. Mais especificamente, na sequência da consulta pública realizada em abril de 2025 e das amplas consultas no contexto da avaliação intercalar do Fundo Europeu de Defesa<sup>2</sup>, os serviços da Comissão recolheram dados, provas e sugestões dos Estados-Membros, da indústria e de outras partes interessadas sobre os obstáculos jurídicos, regulamentares e administrativos que restringem a capacidade da indústria europeia de defesa para intensificar a produção com uma agilidade reforçada e alcançar a prontidão da defesa até 2030.*

#### **8 – Sobre a avaliação de impacto**

A presente iniciativa indica que devido à natureza da iniciativa, *que se destina a apoiar a rápida adaptação da indústria europeia de defesa à instabilidade do novo ambiente geopolítico, não foi possível realizar uma avaliação de impacto.*

Também, nas suas conclusões de 6 de março de 2025, o Conselho Europeu instou a Comissão Europeia a acelerar os «trabalhos em todas as vertentes, a fim de aumentar decisivamente a prontidão da Europa em matéria de defesa nos próximos cinco anos». Por outro lado, nas mesmas conclusões, o Conselho Europeu instou expressamente a Comissão Europeia a dar rapidamente seguimento à simplificação em matéria de segurança e defesa.

---

<sup>2</sup> Regulamento (UE) 2021/697 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2021, que cria o Fundo Europeu de Defesa e revoga o Regulamento (UE) 2018/1092; JO L 170 de 12.5.2021, p. 149.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

---

9 - Por conseguinte, a presente iniciativa indica que não foi possível concluir uma avaliação de impacto no prazo disponível para apresentar as propostas incluídas no *Pacote Omnibus Prontidão da Defesa*. Mas refere que no prazo de três meses após a adoção da presente iniciativa, a Comissão Europeia apresentará um documento de trabalho dos serviços da Comissão *para justificar em pormenor* esta ação legislativa da UE e explicar a sua adequação para alcançar os objetivos políticos identificados, em conformidade com as regras pertinentes da iniciativa «Legislar Melhor».

10 – Por último, importa sublinhar que o objetivo central da presente iniciativa prende-se com o reforço da prontidão da defesa europeia e na facilitação dos investimentos e condições para a indústria da defesa da União Europeia até 2030.

Relembramos, pois, de forma sucinta, que a presente iniciativa pretende responder à bárbara invasão russa da Ucrânia, que revelou vulnerabilidades na base tecnológica e industrial de defesa europeia (BTIDE), exigindo um aumento rápido da produção e da inovação no setor, alterando diversos regulamentos já existentes, de modo a:

- introduzir derrogações específicas para a defesa em matérias como químicos, biocidas e poluentes, garantindo maior flexibilidade regulatória;
- eliminar barreiras legais e administrativas que dificultam a indústria da defesa em intensificar a produção;
- facilitar o financiamento e a execução de projetos do Fundo Europeu de Defesa, simplificando regras de adjudicação, gestão e critérios de concessão;
- permitir que ensaios de tecnologias de defesa fora da União (ex.: Ucrânia) sejam financiados; e
- garantir maior acesso dos Estados-Membros aos resultados de projetos que cofinanciam.

Ou seja, o objetivo estratégico é que a Europa tenha, até 2030, uma capacidade de defesa credível, dissuasora e tecnologicamente avançada, alinhada com as necessidades de segurança atuais.

Atentas as disposições da presente iniciativa, cumpre suscitar as seguintes questões:

#### **a) Da Base Jurídica**



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

---

A presente iniciativa altera alguns regulamentos da União Europeia em vigor. Por conseguinte, a base jurídica desta iniciativa é a mesma que a dos regulamentos alterados.

Na medida em que a presente iniciativa altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006, o Regulamento (CE) n.º 1272/2008 e o Regulamento (CE) n.º 528/2012, a base jurídica adequada, no que diz respeito a essas alterações, é o artigo 114.º do TFUE.

Na medida em que a presente iniciativa altera o Regulamento (UE) 2019/1021, a base jurídica adequada, no que diz respeito a essas alterações, é o artigo 192.º, n.º 1, do TFUE.

Na medida em que a presente iniciativa altera o Regulamento (UE) 2021/697, a base jurídica adequada, no que diz respeito a essas alterações, é o artigo 173.º, n.º 3, o artigo 182.º, n.º 4, o artigo 183.º e o artigo 188.º, segundo parágrafo, do TFUE.

#### ***b) Do Princípio da Subsidiariedade***

As obrigações, isenções ou derrogações direta e indiretamente impostas pelo direito da União só podem ser alteradas a nível da União.

Assim, atendendo a que os objetivos da presente iniciativa não podem ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, *de per se*, mas podem ser mais bem alcançados ao nível da União, a União pode tomar medidas, em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no n.º 3 do artigo 5º do Tratado da União Europeia.

Nesta sequência, a presente iniciativa respeita e cumpre o princípio da subsidiariedade

#### ***c) Do Princípio da Proporcionalidade***

Relembra-se que o alargamento das disposições ou a aplicação ao domínio da defesa de derrogações específicas contidas em diferentes legislações da União simplifica o quadro jurídico, mediante a introdução de alterações mínimas às obrigações existentes que clarificam e especificam as necessidades em matéria de prontidão da defesa para os Estados-Membros, as quais deverão beneficiar do mesmo tratamento que outros domínios visados nessas disposições, sempre com as garantias adequadas.





## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Assim sendo, a presente iniciativa limita-se às alterações necessárias para garantir que a prontidão em matéria de defesa beneficia do mesmo quadro jurídico nos vários domínios legislativos da União Europeia.

Nesta sequência, é nosso entendimento que a presente iniciativa é proporcionada em termos de consecução dos objetivos e não excede o necessário.

Assim, e em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no nº 4 do artigo 5.º do Tratado da União Europeia, é cumprido e respeitado o princípio da proporcionalidade.

#### PARTE III - PARECER

Em face dos considerandos expostos e atento o relatório da comissão competente, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que:

1 – A presente iniciativa não viola os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União e o proposto não excede o necessário para tal.

2 - Em relação à iniciativa em análise, o processo de escrutínio está concluído.

Palácio de S. Bento, 24 de setembro de 2025

O Deputado Autor do Parecer

(Ricardo Carvalho)

A Presidente da Comissão

(Edite Estrela)

#### PARTE IV – ANEXO

-Relatório da Comissão de Defesa Nacional.

-Nota Técnica realizada pelos serviços da Comissão de Assuntos Europeus.





Comissão de Defesa Nacional

---

## Relatório

### COM (2025) 822

**Autor :** Deputado Martin  
Syder

---

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1907/2006, (CE) n.º 1272/2008, (UE) n.º 528/2012, (UE) 2019/1021 e (UE) 2021/697 no que se refere à prontidão da defesa, bem como à facilitação dos investimentos na defesa e das condições para a indústria da defesa

1



Comissão de Defesa Nacional

---

## **ÍNDICE**

**PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA**

**PARTE II – CONSIDERANDOS**

**PARTE III – OPINIÃO DO DEPUTADO RELATOR**

**PARTE IV – CONCLUSÕES**

**PARTE V – ANEXOS**

## PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, pela Lei n.º 18/2018, de 2 de maio, pela Lei n.º 64/2020, de 2 de novembro e pela Lei n.º 44/2023, de 14 de agosto, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 1 de março de 2016, a Comissão de Defesa Nacional recebeu a presente iniciativa COM (2025) 822 e, atento o seu objeto, entendeu emitir o presente relatório.

## PARTE II – CONSIDERANDOS

### 1. Do objeto, conteúdo e motivação da iniciativa

Tal como referido na nota técnica elaborada pelos serviços da Assembleia da República, a presente proposta apresenta um conjunto de sugestões e medidas para garantir o reforço da prontidão da defesa europeia e a facilitação dos investimentos e condições para a indústria da defesa da UE até 2030.

De forma sucinta, a proposta pretende responder à invasão russa da Ucrânia, que revelou vulnerabilidades na [base tecnológica e industrial de defesa europeia](#) (BTIDE), exigindo um aumento rápido da produção e da inovação no setor, alterando diversos regulamentos da UE existentes de modo a:

- a) introduzir derrogações específicas para a defesa em matérias como químicos, biocidas e poluentes, garantindo maior flexibilidade regulatória;
- b) eliminar barreiras legais e administrativas que dificultam a indústria da defesa em intensificar a produção;
- c) facilitar o financiamento e a execução de projetos do Fundo Europeu de Defesa, simplificando regras de adjudicação, gestão e critérios de concessão;



Comissão de Defesa Nacional

- d) permitir que ensaios de tecnologias de defesa fora da União (ex.: Ucrânia) sejam financiados; e
- e) garantir maior acesso dos Estados-Membros aos resultados de projetos que cofinanciam.

O objetivo estratégico é que a Europa tenha, até 2030, uma capacidade de defesa credível, dissuasora e tecnologicamente avançada, alinhada com as necessidades de segurança derivadas da instabilidade crescente do sistema internacional e da imprevisibilidade do contexto geopolítico europeu.

Esta proposta insere-se no debate sobre a autonomia estratégica da União Europeia, conceito amplamente discutido na UE desde a [Estratégia Global da UE \(2016\)](#).

Refira-se, tal como salienta a Nota Técnica que acompanha a iniciativa europeia que aqui analisamos, que o [Livro Branco sobre a Defesa Europeia](#) e o [plano ReArm Europe/Prontidão 2030](#), através dos quais propôs novas medidas para reduzir a burocracia e mobilizar os 800 mil milhões de EUR de investimento de que os Estados-Membros da UE necessitam para garantir que as suas indústrias de defesa possam produzir com celeridade e na escala necessária. Estes documentos complementam o «[Relatório Niiistö](#)» sobre o reforço da preparação e prontidão civil e militar da UE, o [relatório Draghi](#) e a [Estratégia para a União da Preparação](#).

Acresce que, conhecidas como o [pacote omnibus sobre prontidão em matéria de defesa](#), as medidas pretendem facilitar os investimentos em capacidades de defesa, proporcionar maior previsibilidade à indústria e facilitar o acesso ao financiamento da UE.

De acordo com o [programa para a adequação e a eficácia da regulamentação \(REFIT\)](#), a Comissão deve assegurar que a legislação é adequada à sua finalidade, serve as necessidades das partes interessadas e minimiza os encargos e, simultaneamente, alcança os objetivos fixados. Por conseguinte, a presente proposta faz parte do programa REFIT, reduzindo os encargos desnecessários para o setor da defesa e alinha as regras deste setor com as regras atualmente aplicáveis aos diferentes procedimentos e regimes.





#### Comissão de Defesa Nacional

Por fim, importa salientar que o setor da defesa é tradicionalmente de competência nacional (artigo 4.º, n.º 2, Tratado da União Europeia). Contudo, esta proposta revela uma tendência de europeização progressiva da defesa, utilizando competências da União em matérias conexas como o mercado interno, ambiente, indústria e investigação para reforçar a integração.

Finalmente, é de referir que no Programa do XXV Governo Constitucional, no âmbito do Eixo X - «Plano de reforço estratégico de investimento em defesa», é referido: «No contexto europeu — eixo cada vez mais estruturante da nossa política externa —, queremos assumir uma posição liderante e contribuir de forma decisiva para as principais prioridades da agenda europeia dos próximos anos».

## 2. Princípio da Subsidiariedade e da Proporcionalidade

A proposta altera regulamentos da UE em vigor. Por conseguinte, a base jurídica da proposta é a mesma que a dos regulamentos alterados.

Na medida em que o presente regulamento altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006, o Regulamento (CE) n.º 1272/2008 e o Regulamento (CE) n.º 528/2012, a base jurídica adequada, no que diz respeito a essas alterações, é o artigo 114.º do TFUE.

Na medida em que o presente regulamento altera o Regulamento (UE) 2019/1021, a base jurídica adequada, no que diz respeito a essas alterações, é o artigo 192.º, n.º 1, do TFUE.

Na medida em que o presente regulamento altera o Regulamento (UE) 2021/697, a base jurídica adequada, no que diz respeito a essas alterações, é o artigo 173.º, n.º 3, o artigo 182.º, n.º 4, o artigo 183.º e o artigo 188.º, segundo parágrafo, do TFUE. [tratando-se de competência partilhada (artigo 4.º do TFUE)]

### **Princípio da subsidiariedade**

Considera a iniciativa europeia aqui em apreço que os Estados-Membros, a indústria e a Comissão beneficiarão das alterações propostas com o objetivo de assegurar a preparação e a simplificação da defesa e que as obrigações, isenções ou derrogações direta e indiretamente impostas pelo direito da União só podem, por conseguinte, ser alteradas a nível da União.

A ação da União é necessária e justificada porque os Estados-Membros, individualmente, não poderiam modificar nem harmonizar estas disposições por sua conta.

Se cada Estado-Membro tentasse resolver sozinho as derrogações ou adaptações ligadas à defesa, isso criaria fragmentação e insegurança jurídica e como os regulamentos da UE são de aplicação direta e uniforme, a União tem competência para os ajustar, garantindo coerência e eficácia em toda a União.

Assim, pode concluir-se que o princípio da subsidiariedade está respeitado, pois a intervenção da UE é necessária e mais eficaz do que ações isoladas dos Estados-Membros.

### **Princípio da proporcionalidade**

Afirma a iniciativa europeia que o alargamento das disposições ou a aplicação ao domínio da defesa de derrogações específicas contidas em diferentes legislações da UE simplifica o quadro jurídico, mediante a introdução de alterações mínimas às obrigações existentes que clarificam e especificam as necessidades em matéria de prontidão da defesa para os Estados-Membros, as quais deverão beneficiar do mesmo tratamento que outros domínios visados nessas disposições, sempre com as garantias adequadas. Assim sendo, a proposta limita-se às alterações necessárias para garantir que a prontidão em matéria de defesa beneficia do mesmo quadro jurídico nos vários domínios legislativos da UE.



#### Comissão de Defesa Nacional

Por conseguinte, o princípio da proporcionalidade é cumprido na medida em que as medidas são adequadas para atingir os objetivos de prontidão da defesa, não vão além do estritamente necessário e, finalmente, procuram minimizar encargos administrativos e não criar obrigações adicionais desproporcionadas para empresas ou Estados-Membros.

### PARTE III – OPINIÃO DO RELATOR

Sendo de elaboração facultativa, o deputado relator exime-se de expressar, nesta sede, a sua opinião sobre a iniciativa europeia aqui em apreço.

### PARTE IV – CONCLUSÕES

Face ao exposto, a Comissão de Defesa Nacional conclui o seguinte:

- a) A presente iniciativa **não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União;**
- b) A presente iniciativa **não viola o princípio da proporcionalidade, na medida em que o conteúdo e a forma não excedem o necessário para alcançar o objetivo proposto;**
- c) A análise da presente iniciativa **não suscita quaisquer questões que impliquem posterior acompanhamento;**
- d) A Comissão de Defesa Nacional **dá por concluído o escrutínio da presente iniciativa,** devendo o presente relatório ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto de 2006, na sua versão atual, para os devidos efeitos.



Comissão de Defesa Nacional

---

## **PARTE V – ANEXOS**

Anexa-se a Nota Técnica elaborada pelos serviços da Assembleia da República sobre a iniciativa europeia aqui em apreço.

Palácio de S. Bento, 16 de setembro de 2024

**O Deputado Relator**

**(Martim Syder)**

**O Presidente da Comissão**

**(Pedro Pessanha)**



COM (2025) 822

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1907/2006, (CE) n.º 1272/2008, (UE) n.º 528/2012, (UE) 2019/1021 e (UE) 2021/697 no que se refere à prontidão da defesa, bem como à facilitação dos investimentos na defesa e das condições para a indústria da defesa

Data de entrada na CAE:

Prazo de subsidiariedade: 26/09/2025

**Índice**

- I. OBJETIVO DA INICIATIVA
- II. ENQUADRAMENTO LEGAL E DOUTRINÁRIO
- III. ANTECEDENTES
- IV. INICIATIVAS EUROPEIAS SOBRE MATÉRIA RELACIONADA
- V. POSIÇÃO DO GOVERNO (QUANDO DISPONÍVEL) E CONTEXTO NACIONAL
- VI. POSIÇÃO DE OUTROS ESTADOS-MEMBROS (IPEX)

Elaborada por: Gonçalo Sousa Pereira

Data: 10/09/2025

### I. OBJETIVO DA INICIATIVA

---

O objetivo central da presente proposta prende-se com o reforço da prontidão da defesa europeia e na facilitação dos investimentos e condições para a indústria da defesa da UE até 2030.

De forma resumida, a proposta responde à invasão russa da Ucrânia, que revelou vulnerabilidades na [base tecnológica e industrial de defesa europeia](#) (BTIDE), exigindo um aumento rápido da produção e da inovação no setor, alterando diversos regulamentos da UE existentes de modo a:

- a) introduzir derrogações específicas para a defesa em matérias como químicos, biocidas e poluentes, garantindo maior flexibilidade regulatória;
- b) eliminar barreiras legais e administrativas que dificultam a indústria da defesa em intensificar a produção;
- c) facilitar o financiamento e a execução de projetos do Fundo Europeu de Defesa, simplificando regras de adjudicação, gestão e critérios de concessão;
- d) permitir que ensaios de tecnologias de defesa fora da União (ex.: Ucrânia) sejam financiados; e
- e) garantir maior acesso dos Estados-Membros aos resultados de projetos que cofinanciam.

O objetivo estratégico é que a Europa tenha, até 2030, uma capacidade de defesa credível, dissuasora e tecnologicamente avançada, alinhada com as necessidades de segurança atuais.

### II. ENQUADRAMENTO LEGAL E DOUTRINÁRIO

---

A iniciativa é proposta nos termos do artigo 114.º [Tratado de Funcionamento da União Europeia](#) (TFUE) na medida que harmoniza o mercado interno, o artigo 192.º, n.º 1 do TFUE devido às alterações de política ambiental e os artigos 173.º, n.º 3, 182.º, n.º 4, 183.º e 188.º, segundo parágrafo do TFUE referentes às alterações abrangidas pela política industrial, investigação e inovação.

Destaca-se que proposta insere-se no debate sobre a autonomia estratégica da União Europeia, conceito amplamente discutido na UE desde a [Estratégia Global da UE \(2016\)](#).

Com efeito, o [Livro Branco sobre a Defesa Europeia](#) e o [plano ReArm Europe/Prontidão 2030](#), através dos quais propôs [novas medidas](#) para reduzir a burocracia e mobilizar os 800 mil milhões de EUR de investimento de que os Estados-Membros da UE necessitam para garantir que as suas indústrias de defesa possam produzir com celeridade e na escala necessária. Estes documentos complementam o «[Relatório Niinistö](#)» sobre o reforço da preparação e prontidão civil e militar da UE, o [relatório Draghi](#) e a [Estratégia para a União da Preparação](#).

Acresce que, conhecidas como o [pacote omnibus sobre prontidão em matéria de defesa](#), as medidas pretendem facilitar os investimentos em capacidades de defesa, proporcionar maior previsibilidade à indústria e facilitar o acesso ao financiamento da UE.

De acordo com o [programa para a adequação e a eficácia da regulamentação \(REFIT\)](#), a Comissão deve assegurar que a legislação é adequada à sua finalidade, serve as necessidades das partes interessadas e minimiza os encargos e, simultaneamente, alcança os objetivos fixados. Por conseguinte, a presente proposta faz parte do programa REFIT, reduzindo os encargos desnecessários para o setor da defesa e alinha as regras deste setor com as regras atualmente aplicáveis aos diferentes procedimentos e regimes.

Por fim, referir que o setor da defesa é tradicionalmente de competência nacional (artigo 4.º, n.º 2, [Tratado da União Europeia](#)). Contudo, esta proposta revela uma tendência de europeização progressiva da defesa, utilizando competências da União em matérias conexas como o mercado interno, ambiente, indústria e investigação para reforçar a integração.

### III. ANTECEDENTES

- 
- [Regulamento \(CE\) n.º 1907/2006](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas, que cria a Agência Europeia das Substâncias Químicas (REACH);
  - [Regulamento \(CE\) n.º 1272/2008](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas;
  - [Diretiva 2009/43/CE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, relativa à simplificação das condições das transferências de produtos relacionados com a defesa na Comunidade;
  - [Diretiva 2009/81/CE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho de 2009, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos



de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança;

- [Regulamento \(UE\) n.º 528/2012](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas;

- [Regulamento \(UE\) 2019/1021](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativo a poluentes orgânicos persistentes;

- [Regulamento \(UE\) 2021/697](#) do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2021 que cria o Fundo Europeu de Defesa.

#### IV. INICIATIVAS EUROPEIAS SOBRE MATÉRIA RELACIONADA

---

- [JOIN \(2022\) 24](#) - COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a análise dos défices de investimento na defesa e rumo a seguir;

- [COM/2022/349](#)<sup>1</sup> - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento de um instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação pública colaborativa;

- [JOIN \(2024\) 10](#) - COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Uma nova Estratégia industrial de defesa europeia: alcançar a prontidão em matéria de defesa graças a uma indústria de defesa europeia mais reativa e resiliente;

- [COM \(2024\) 150](#)<sup>2</sup> - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o Programa da indústria de defesa europeia e um quadro de medidas para garantir a disponibilidade e o aprovisionamento atempados dos produtos de defesa (PIDEUR);

- [COM\(2025\)122](#) - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que cria o Instrumento Ação pela Segurança da Europa através do reforço da indústria europeia de defesa (Instrumento SAFE);

---

<sup>1</sup> A iniciativa foi objeto de [escrutínio](#) por parte da Assembleia da República.

<sup>2</sup> A iniciativa foi objeto de [escrutínio](#) por parte da Assembleia da República.



- [COM \(2025\) 821](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre a aceleração da concessão de licenças para projetos no domínio da prontidão da defesa,

## V. POSIÇÃO DO GOVERNO (QUANDO DISPONÍVEL) E CONTEXTO NACIONAL

No [Programa](#) do XXV Governo Constitucional, no âmbito do Eixo X - «Plano de reforço estratégico de investimento em defesa», é referido: «No contexto europeu — eixo cada vez mais estruturante da nossa política externa —, queremos assumir uma posição liderante e contribuir de forma decisiva para as principais prioridades da agenda europeia dos próximos anos».

## VI. POSIÇÃO DE OUTROS ESTADOS-MEMBROS (IPEX)

PAÍS	DATA ESCRUTÍNIO	ESTADO DO ESCRUTÍNIO	DOCUMENTOS/OBSERVAÇÕES
Alemanha <a href="#">German Bundesrat</a>	17.06.2025	Em curso	Referred to Committees on:  European Union Questions  the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety  Economic Affairs
Chéquia <a href="#">Czech Senate</a>	17.06.2025	Em curso	Selection for scrutiny: June 25, 2025 Designated Committee has asked the following specialized Committees for opinion: Committee on Foreign Affairs, Defence and Security
Dinamarca <a href="#">Danish Parliament</a>	17.06.2025	Em curso	-
Letónia <a href="#">Latvian Saeima</a>	17.06.2025	Em curso	Document is scrutinized according to the ordinary scrutiny procedure defined in the Rules of Procedure of Saeima Article 185. "The European Affairs Committee shall examine the official positions of the Republic of Latvia prepared in accordance with the

PAÍS		DATA ESCRUTÍNIO	ESTADO DO ESCRUTÍNIO	DOCUMENTOS/OBSERVAÇÕES
				procedure set by the Cabinet of Ministers and shall rule on them before they are communicated to European Union institutions”.
Suécia	<a href="#">Swedish Parliament</a>	17.06.2025	Em curso	Referred to the Committee on Defence. The Committee will examine whether the draft is in compliance with the principle of subsidiarity. The Committee will report on its findings to the Chamber.